

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Suzana Dutra Gonçalves

**A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR: IMPLEMENTANDO PARA A  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Porto Alegre

2015

Suzana Dutra Gonçalves

**A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR: IMPLEMENTANDO PARA A  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Trabalho de conclusão apresentado à banca de avaliação do Curso como requisito obrigatório para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora: Ana Paula Krumel

Porto Alegre

2015

## RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido no curso de Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trata de uma descrição reflexiva das ações do Projeto-Intervenção (PI) na tentativa de uma maior participação dos pais no ambiente escolar. Ações que foram implementadas no primeiro semestre deste ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio, no município de Nova Santa Rita. Na busca de uma maior participação dos pais na vida escolar de seus filhos e como parte integrante no processo de implementação da Gestão Democrática. Bordenave (1995), Demo (1995), Veiga (2013) Libâneo (2004) e Cury (2005) são alguns autores que deram suporte teórico para algumas das reflexões principalmente sobre participação no decorrer do projeto e da análise das ações implementadas. A metodologia utilizada foi a da pesquisa-ação como forma de intervenção na realidade apoiada pelos autores Franco (2005), e Tripp (2005). A proposta aproximou mais os pais do ambiente escolar, em diferentes momentos e situações. Destacamos a implementação do Conselho Escolar como um dos princípios da Gestão Democrática. Durante o processo de Intervenção, houve mobilidade dos grupos de trabalho pois muitos pais não conseguiram acompanhar as etapas de discussões e ações no decorrer do ano letivo, em função do trabalho ou de desestímulo durante o processo de participação. O desafio que ainda encontramos é a manutenção desta participação, para que os diferentes grupos compreendam que participação é um processo, não existindo participação suficiente, nem acabada.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Conselho Escolar.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>04</b>
<b>2 HISTÓRICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA</b> .....	<b>06</b>
2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA LEGISLAÇÃO .....	07
<b>3 A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO</b> .....	<b>09</b>
3.1 PARTICIPAÇÃO .....	09
3.2 CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	10
3.3 CÍRCULO DE PAIS E MESTRES .....	12
3.4 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	12
<b>4 A IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR COMO MATERIALIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ BONIFÁCIO</b> .....	<b>14</b>
4.1 HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ BONIFÁCIO .....	14
4.2 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR .....	14
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	<b>19</b>
5.1 AÇÕES ANALISADAS .....	21
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar as análises das ações do Projeto Intervenção desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio, no município de Nova Santa Rita. Na busca de uma maior participação dos pais no ambiente escolar e na implementação da Gestão Democrática.

Na primeira seção será apresentado o histórico da gestão democrática. Em que contexto ela vem se materializando e a legislação vigente em que buscamos os referenciais que constituem a base legal e teórica para as análises posteriormente apresentadas.

Na segunda seção buscamos entender um pouco o que é participação. E buscamos mostrar os meios de participação que já acontecem na escola através do Círculo de Pais e Mestres, CPM e dos debates sobre o Plano Municipal de Educação. A LDB 9394/96, referências do Ministério da Educação e alguns autores como Bordenave (1998), Demo (1995), Libâneo (2004) e Veiga (2013), deram suporte teórico para algumas das nossas reflexões principalmente sobre participação no decorrer do projeto e da análise das ações implementadas.

Na terceira seção apresentamos o histórico da escola e o processo de implementação do Conselho Escolar, observando aqui um princípio da Gestão Democrática sendo colocado em prática.

Na quarta seção é apresentada a metodologia utilizada que foi a da pesquisa-ação, através de reuniões, questionários, oficinas onde se buscou retomar e avaliar os passos dados, na busca de novas ações a serem apresentadas. Franco (2005), e Tripp (2005) dão suporte teórico na nossa metodologia. Em novembro e dezembro do ano passado foram apresentadas algumas perguntas aos pais integrantes do CPM, Círculo de Pais e Mestres, pais e alunos da escola em geral sobre as nossas metas e ações, se elas continuavam as mesmas ou tinham sido alcançadas. O resultado foi que muitos as desconheciam. Por parte dos professores certa ansiedade em envolver mais os pais na vida escolar de seus filhos, previsto no nosso PPP. Esses questionamentos ajudaram a definir o foco do PI.

Dentro das propostas do que poderia ser objeto da intervenção estava justamente uma problemática considerada relevante para a nossa comunidade escolar e que estava vinculada ao PPP. Promover maior participação dos pais na

vida escolar de seus filhos e como parte integrante no processo de implementação da Gestão Democrática.

A Gestão Democrática e participativa da escola é um dos princípios constitucionais da escola pública, aparecendo no artigo 206, VI da Constituição Federal. Comparecendo também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no art. 3º, VIII e art. 14, sendo que este trás nos seus princípios a participação dos vários segmentos bem clara e identificada.

Na sequência apresentamos as ações do PI implementadas sendo analisadas a partir de reflexões dessa prática. Além das ações pensadas no ano passado, para trazer outros pais para integrarem parte do CPM, podemos citar a própria eleição do Conselho Escolar, o oferecimento de palestras, atividades para estimular a participação dos pais em projetos já existentes em parceria com o município, tais como Pais Educadores, entre outros. Neste ano ainda surgiram novas possibilidades de participação que foram através da Implementação dos Conselhos Escolares no nosso município e das discussões sobre o Plano Municipal de Educação.

Apresentam-se algumas considerações a respeito do trabalho realizado onde existe a necessidade de reconhecer que participação é um processo e que a motivação se fará presente sempre. O grande desafio apresentado é a contínua motivação para a participação, buscando mudança de comportamento das famílias e da comunidade. Este processo democrático só irá acontecer com ações concretas que estimulam à emancipação do indivíduo.

## 2 HISTÓRICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Buscamos uma retrospectiva do histórico da Gestão Democrática a partir da análise da história da educação brasileira. Bordignon (2005, p.3) refere-se ao início de um processo de democratização da educação nos anos 20 apontando Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, entre outros educadores “que inspiraram o movimento dos Pioneiros da Educação Nova”. Educadores que através do manifesto de 1932 garantiram mudanças na Educação na Constituição de 1934.

As lutas para que a educação fosse vista como um direito continuaram e as dificuldades foram também se apresentando. A reforma educativa que se desenhava neste período encontrou na igreja uma barreira. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova defendia entre outros pontos uma escola laica. A igreja mantinha-se muito fechada, não desejava perder espaço.

Durante o governo Vargas (1930-1945) as diferenças se acentuaram entre a elite e o restante da população. Propostas de educação separavam estes dois grupos. A discussão em torno de um projeto de educação nacional ganha força com a LDB de 1961.

Quando o país voltava o seu olhar para a participação social direcionada para a educação sofre um duro golpe com o regime militar. Momento que apresentou uma interrupção no desenvolvimento democrático do ensino formal.

O golpe de 1964 trouxe consigo a interrupção do desenvolvimento de muitas promessas de democratização social e política em gestação, inclusive da educação escolar e popular no Brasil. O regime militar, por sua forma política de se instalar e de ser, acabou por instaurar, dentro do campo educacional, comandos autoritários de mandamentos legais, os quais, por sua vez, se baseavam mais no direito da força do que na força do direito. O temor, a obediência e o dever suplantaram o respeito, o diálogo e o direito (Cury, 2005, p. 15).

Foram anos de práticas autoritárias que tiveram grandes influências sobre a educação, nos mais diversos ambientes.

Na década de 80, com o enfraquecimento do regime militar, através da mobilização da população para derrubar este sistema, contando com o professorado (Cury, 2005, p.15), a gestão democrática começa a ser redesenhada. Mais precisamente ela aparece em 1988, como resultado de muitas buscas e lutas para a

democratização da escola pública que acompanhava os movimentos que pediam e alavancou mudanças no nosso país.

A partir da década de 80, foram instituídas mudanças na educação nacional direcionando para uma participação mais efetiva da comunidade escolar na partilha e na tomada de decisões. Encaminhando assim um processo de gestão democrática, onde o exercício da autonomia e da democracia se dá através da participação em um projeto coletivo.

## 2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA LEGISLAÇÃO

A gestão democrática e participativa da escola é um dos princípios constitucionais da escola pública, apresentado na Constituição Federal de cinco de outubro de 1988, art. 206 no inciso VI como “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Com a participação da sociedade presente na gestão democrática “a Constituição estendeu aos municípios o direito de organizarem, também, seus sistemas de ensino, com autonomia e em regime de colaboração entre si, com os estados e com a União (art.211) ”. (Bordignon,1995, p.4).

A LDB de 1996(Lei nº 9.394/96) retoma o que foi estabelecido na constituição no seu artigo 3º, apontando que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

As normas definidas pela LDB para a gestão democrática aparecem no artigo 14, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Desta forma, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, é encaminhada a gestão democrática.



Ainda na LDB, no seu artigo 15, foi apresentada que “será promovido de forma progressiva a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares assegurada pelos seus sistemas de ensino”.

A participação do coletivo na conquista da autonomia da escola se faz através da participação, na tomada de decisões e naquele que nasce e cresce com o outro através de uma nova cidadania que se desenha. (Cury, 2005)

Em 9 de janeiro de 2001 é implementado o Plano Nacional de Educação (PNE), que apresenta no capítulo 2 os objetivos e prioridades. Onde destacamos este objetivo: democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais [...], obedecendo aos princípios constantes no artigo 14 da LDB.

O cenário educacional brasileiro sofre grandes mudanças a partir da oficialização desses documentos, abrindo espaço para que o trabalho coletivo aconteça, envolvendo todos os segmentos, na busca da autonomia da escola.

## 3 A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO

### 3.1 PARTICIPAÇÃO

Participação, segundo Bordenave (1995), é uma necessidade humana. Está presente desde cedo no grupo familiar, no espaço de trabalho, nas diferentes comunidades e na luta política.

Sendo assim apresentamos as diversas maneiras de participar. Bordenave (1995, p.27), descreve que no início “da humanidade os homens tiveram, uma participação de fato, quer no seio da família nuclear e do clã, quer nas tarefas de subsistência”, também nas questões religiosas, no seu lazer e em situações que envolviam a defesa contra eventuais inimigos. Tomando decisões e sendo parte de algo que tenha significado.

Segundo Bordenave (1995, p. 27) “um segundo tipo seria o de participação espontânea, aquela que leva os homens a formarem grupos”. Aparecendo aqui os diferentes grupos que se unem “sem organização estável ou propósitos claros e definidos a não ser os de satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, receber e dar afeto; obter reconhecimento e prestígio. ”

Na visão de Demo:

Participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (DEMO, 1988, p. 18)

Ao acompanhar o que o autor coloca observamos que participação é um processo contínuo, sendo necessário estar sendo estimulada diariamente no grupo. Novas pessoas vão mostrando interesse e assim gradativamente vamos agregando outros grupos. As intenções de agregar cada vez mais pessoas aos grupos já existentes faz com que os movimentos continuem. Respeitar as diferenças, sabendo aproveitar isso e incentivar a participação nos diferentes grupos que temos é aceitar o diferente, nas suas peculiaridades e entender o seu direito.

O papel do gestor é justamente abrir os espaços, dar oportunidade de manifestações, opiniões e ideias. Visto aqui o respeito à diversidade, precisando

exercitar a cidadania de não impor situações, mas sim dar espaços para discussões e reflexões a respeito das problemáticas existentes.

Gostar do que se está fazendo e sentir prazer em estar fazendo isso com outros é algo que envolve criar laços, vínculos. Segundo Bordenave participação está ligada por dois pontos que se complementam, chamados por ele de base: uma base afetiva e outra instrumental. Assim, Bordenave (1995, p.16) contribui dizendo que “participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros”. Essa interação proporciona, seguindo essa *base afetiva*, quando estamos satisfeitos, a repetição de muitas ações, ou nos colocamos a favor de fazê-las. Aqui entra o papel do gestor que é perceber esses pontos e utilizá-los em prol de uma gestão democrática efetiva.

Conforme Bordenave (1995, p.22) “participar é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Mas não basta apenas exercitar uma delas, é preciso se envolver, qualificar esse “tomar parte”, para que exista sentimento de pertencimento de maneira que possam acreditar que fazem parte. Sendo assim, a participação tem de ser real, garantindo igualdade de oportunidades, envolvimento e valorização no fazer coletivo. Segundo Libâneo,

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento de objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2004, p.102).

Entendemos que toda participação necessita de espaço para o diálogo para que se afirme, e se exercite esta participação. Proporcionar momentos para que isso ocorra é papel do gestor escolar.

### 3.2 CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Conselho Escolar foi criado para colocar em prática o que os documentos legais já apresentavam, envolvendo o coletivo nas decisões, participando da gestão escolar.

O Conselho Escolar é colocado como um órgão colegiado da escola, com função deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica. Tem como função maior fortalecer o Projeto Político Pedagógico da escola, expressando esta

organização educativa, garantindo a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica.

O Conselho Escolar possui as seguintes funções:

- deliberativa: nas decisões coletivas;

Esta função quando desempenhada no coletivo (na efetiva participação e decisão de todos os segmentos) deve ser acatada. Proporcionando um espaço de autonomia na escola.

- consultiva: faz análise, um parecer, das questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresenta algumas sugestões que poderão ou não ser acatadas. Ter conhecimento das normas vigentes e do contexto escolar validam esse parecer.

- fiscal: fiscalizar, acompanhar, supervisionar, aprovar prestação de contas;

A função fiscalizadora acontece quando o Conselho Escolar participa do que é feito com os recursos financeiros que chegam para a escola. Acompanhando esse processo.

- mobilizadora: mobilizar, articular, apoiar, avaliar, promover, estimular;

Mobilizar a comunidade escolar para participar do cotidiano da escola em prol de objetivos comuns.

- pedagógica: educar, refletir, planejar, avaliar e compartilhar.

Esta função acontece quando o Conselho Escolar inclui a comunidade escolar no processo de reflexão sobre o fazer pedagógico. A participação de todos os segmentos na construção do Projeto Político pedagógico. Incluir todos os segmentos é compreender que o processo educativo está presente em todos os espaços.

Entre as várias características que o Conselho Escolar possui, uma se configura como fundamental (BRASIL, 2014, p.34), l:

Ele se constitui uma forma colegiada da gestão democrática, portanto, a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, constituírem uma educação de qualidade e socialmente relevante.

Com isso, compartilha-se o poder e as suas responsabilidades abrindo espaço para a diversidade característica dos diferentes segmentos. Partilhar decisões invoca dividir responsabilidades.

### 3.3 CÍRCULO DE PAIS E MESTRES

A comunidade da Escola José Bonifácio conta com um espaço de participação que vem sendo exercitado através do Círculo de Pais e Mestres, o CPM. O CPM é caracterizado como uma entidade civil, sem fins lucrativos, com participação voluntária de seus componentes, possuindo Diretoria e Conselho Fiscal eleito por meio de votação direta de seus associados. Ele é regido por um estatuto e pode possuir um regimento.

Através da participação do CPM é possível acompanhar, monitorar e fiscalizar as políticas públicas implementadas pelos diversos níveis de governo, principalmente na que se refere à aplicação dos recursos públicos.

Na Escola José Bonifácio existe uma parceria com o CPM. Este ano, em março ocorreram as eleições para este grupo atual. O grupo optou em não ser aclamado em Assembleia, (não estavam presentes todos os componentes) e organizamos um processo eleitoral, pensando já que este ano teríamos o processo do Conselho Escolar ocorrendo. Assim abrimos espaço para que a cidadania fosse exercitada. Alguns pais não entendiam a necessidade de participar se só tinha uma chapa. Explicamos a importância da legitimação da representação daquele grupo e de ser aquele mais um espaço democrático de participação.

O CPM tem uma função importante, pois até a data atual é com este grupo representativo que discutimos a aplicação dos recursos destinados à escola. Envolver os pais nas decisões, nos rumos que a escola deve tomar garante um espaço mais democrático através da participação.

### 3.4 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal de Educação define os rumos que a educação deve seguir. Ele deve estar de acordo com o Plano Estadual de Educação e Plano Nacional de Educação o PNE.

O município de Nova Santa Rita, através da Secretaria de Educação, iniciou o ano letivo buscando a participação da comunidade escolar na discussão das 20 metas do Plano Nacional de Educação. Iniciamos o debate na primeira reunião com o grupo de professores e funcionários. Num segundo momento entregamos aos professores e funcionários as 20 metas do PNE.

Entendemos que nosso município conta com uma diversidade, pois contempla escolas do campo. Por isso, nossa escola organizou com autorização da Secretaria de Educação um espaço de debates com mais duas escolas, estas do campo, onde além de confraternizarmos discutimos estratégias que contemplassem estas duas realidades, de escolas urbanas e rurais ou do campo como são mais conhecidas.

Em abril realizamos uma plenária onde ocorreu um debate com os pais, funcionários e professores sobre o PME. O debate abriu espaço para o diálogo. A comunidade escolar não estava acostumada a ter voz e que a compreensão das soluções para os desafios educacionais são as mais diversas e que muitas vezes dependem de políticas públicas bem aplicadas e cobradas e de que essa responsabilidade no cumprimento das metas nacionais é de responsabilidade conjunta da União, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.

Os debates sobre o PME envolveram mais algumas etapas dentro da escola e um encontro geral com todas as entidades envolvidas. Até ser finalizado o documento do Plano Municipal de Educação do nosso município.

Foi observada à importância da diversidade (de ideias, de argumentação, de entendimento), mas que na soma geral observamos que a participação envolve sair de uma posição em que os outros decidem, sem que eu me manifeste ou delegue esse poder. E isso é uma herança negativa, do regime militar onde as decisões vinham prontas. Assim, vemos na abertura dos espaços dentro da escola possibilidade para o exercício da cidadania. Conforme MEDEIROS; LUCE (2006, p. 11) “a luta por mais e mais democracia, fonte inesgotável do aperfeiçoamento da convivência humana, tem na educação sua maior sustentação e por isto tem de ser valorizada como prática política e pedagógica em todas as escolas”.

## **4 A IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR COMO MATERIALIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ BONIFÁCIO**

### **4.1 HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ BONIFÁCIO**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio está localizada na Rua da Pedreira s/nº, no bairro Pedreira em Nova Santa Rita. Foi fundada em 20 de março de 1941, por meio do Decreto nº41.

Constam em atas de resultados finais, existentes na escola, a partir de 1951, várias denominações da Escola. De 1951 até 1966, Escola Unitária José Bonifácio, localizada na Olaria 2º distrito de Canoas. A partir de 1967 até 1971, passou a chamar-se Escola Reunida José Bonifácio. De 1972 até 1984, Escola Municipal Rural José Bonifácio e de 1985 a 1998, Escola Municipal de 1º Grau Incompleto José Bonifácio. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996, ocorreu a alteração de denominação da escola sob o Decreto nº7 de 10/02/1999 a Escola Municipal de 1º Grau José Bonifácio passou a chamar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio.

Atualmente a escola atende 135 alunos, distribuídos do Pré ao 5º ano. Conta com 07 professores, 01 estagiária, 02 funcionárias, direção e supervisão escolar.

Na escola tem 03 salas de aula, biblioteca (sala que atende uma turma do Programa Mais Educação em um turno e a Pré- escola no outro turno), nesta sala também está os 03 computadores à disposição dos alunos. Sala da direção e sala dos professores. Uma cozinha, uma dispensa e três banheiros. Temos área coberta, quadra, pracinha e um pequeno pátio.

### **4.2 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR**

Em julho de dois mil e quatorze, ocorreu uma palestra para divulgação do Conselho Escolar em nosso município. A Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura trouxe uma palestrante para explicar o que seriam os conselhos escolares.

Compareceram nesta palestra equipes diretivas das escolas municipais e um integrante de seu CPM, as equipes administrativa e pedagógica da SMEEC. Foi muito importante esta reunião porque foi possível observar desconhecimento por parte de vários grupos sobre o que seriam os conselhos. Muitos entendiam que seria um colegiado mais fiscalizador. Não conseguiam visualizar a ideia de abrir espaços para um novo grupo que viriam para agregar. Onde a prática da autonomia e da democracia estaria sendo exercitada e que mais um passo para a gestão democrática estaria sendo dado.

No dia dezoito de março de dois mil e quinze a caminhada para uma gestão democrática foi dada. Neste dia as equipes diretivas receberam informações e documentação referente ao processo de implantação dos Conselhos Escolares juntamente com o cronograma de todo o processo. A Lei 1203/2014, de implantação dos Conselhos, o Regimento Padrão dos Conselhos Escolares e Instrução Normativa da Secretaria de Educação.

A Lei 1203/2014, apresenta no seu Art. 1º que:

As Escolas Públicas Municipais contarão com os Conselhos Escolares que constituir-se-ão o órgão máximo, em nível de escola, com a função deliberativa, consultiva e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras, resguardados os princípios educacionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

É apresentada nessa Lei como os Conselhos Escolares serão constituídos, suas atribuições, a participação de todos os segmentos, como ocorrerão o processo e quem tem direito a votar. Além de que a proporcionalidade de número de membros dos Conselhos Escolares deverá ser feita através de instrução normativa. Determina também no art. 7º que o diretor coordenará o processo eleitoral do primeiro Conselho Escolar.

A instrução normativa orienta através de um calendário, organizado pela Comissão de Estudos para Implantação do Conselho Escolar, todo o processo de divulgação da eleição.

No dia dezenove de março, iniciamos o processo de divulgação do calendário com o grupo de professores e funcionários onde explicamos como aconteceria o processo e entregamos material para estudo onde as dúvidas deveriam ser encaminhadas para a próxima reunião.



No dia vinte e cinco no turno da tarde, realizamos uma reunião de formação com os professores, funcionários e os pais do Círculo de Pais e Mestres da escola. Nesse dia foi explicada aos presentes a diferença entre o Conselho Escolar e o CPM, e a importância do papel de cada um no cotidiano da escola. Foi apresentado um material informativo sobre a formação dos conselhos escolares. Fizemos a leitura da Lei nº1203/14, nesta leitura algumas dúvidas foram tiradas através da explicação dos artigos. Lemos o regimento padrão dos Conselhos Escolares, sendo apresentadas as atribuições das Assembleias Gerais e da participação da comunidade escolar, os direitos e deveres de cada conselheiro e ressaltada a importância de respeitar às ações e decisões da Assembleia Geral.

Do dia oito de abril até o dia dez, realizamos reuniões com os alunos da escola, por turma. Com auxílio da supervisora apresentamos de forma lúdica através da dinâmica do quebra-cabeça com o intuito de mostrar a importância da união, da colaboração, das decisões coletivas e de que, quando falta uma peça fica incompleta a brincadeira. Dessa forma foi explicada aos alunos sobre a importância do Conselho Escolar, da formação dos segmentos, pais, alunos, funcionários e professores, além da diretora que é membro nato e da participação de cada segmento nas decisões das problemáticas da escola. Também foi explicado o processo eleitoral. Através da dinâmica do quebra-cabeça e de um painel com palavras-chaves (união, colaboração, decisões coletivas e segmentos) foi lançado o desafio para que todos participassem. Os alunos explicaram com suas palavras o que entenderam e tiraram suas dúvidas. Desta maneira divulgamos para todas as turmas respeitando suas características o que era o Conselho Escolar.

No dia dez de abril no turno da tarde, foi realizada uma Assembleia Geral para divulgação da implementação dos Conselhos Escolares das escolas municipais de Nova Santa Rita. Ressaltamos a importância deste momento único de participação democrática nas comunidades escolares do município. Usamos a dinâmica do quebra-cabeça ressaltando a importância de cada peça para que o brinquedo fique completo. Da mesma forma, para que a escola melhore, cada segmento (pais, alunos, funcionários e professores) é uma peça fundamental, pois completa a escola. Em seguida, conversamos sobre o painel ilustrativo que explicava o que são os Conselhos Escolares, quem pode participar, quais as palavras-chaves que devem orientar a formação dos Conselhos como: decisões coletivas, colaboração, trocas, participação, unidade, parceria, etc. Utilizamos o

material enviado pela Secretaria de Educação, mostrando a Lei nº 1203/14 que cria os Conselhos Escolares no município e para apresentar o calendário de implantação do Conselho Escolar. Explicamos todos os passos que já haviam ocorrido, a diferença entre o Conselho Escolar e o CPM, e a importância de cada um para uma escola mais participativa.

Foram apresentadas as atribuições do Conselho Escolar, os direitos e deveres de cada membro dos segmentos e que as decisões tomadas devem ser coletivas e de acordo com a legislação vigente. Relembramos que este processo de participação coletiva é novo, mas que veio para qualificar as escolas e democratizar a educação, uma vez que todos serão responsáveis pelas decisões acordadas.

No dia vinte e cinco de abril, foi realizada uma Assembleia Municipal, com todas as escolas do município (com todos os segmentos envolvidos) onde através de uma palestra foi realizada uma formação.

No dia trinta de abril, foi entregue na Secretaria de Educação, SMEEC, as cópias das atas das reuniões realizadas, conforme constava no calendário.

No dia cinco de maio, publicação do Edital de eleições na escola com início de inscrição dos candidatos e credenciamento dos fiscais de votação que foi até o dia quinze de maio.

No dia dezoito de maio foi homologado e divulgado o nome dos candidatos. Tivemos cinco inscrições de pais, três professoras, duas funcionárias e nenhum aluno, pois não se enquadravam nos requisitos de idade.

Do dia dezanove de maio até o dia primeiro de junho foi o período de campanha. Os candidatos não quiseram utilizar espaços para divulgação, os pais e os professores optaram em conversar entre si para divulgarem suas candidaturas. Foi utilizado o mural da escola para divulgação oficial.

No dia dois de junho, ocorreu a eleição dos membros para compor o Conselho Escolar. Foram eleitos três pais titulares e um suplente. No segmento professores: dois titulares e um suplente. No segmento funcionárias foi eleita uma para titular e outra como suplente.

No dia três de junho, foi encaminhado para a SMEEC o resultado do pleito. No dia dezesseis de junho foi realizada a primeira reunião ordinária do Conselho Escolar, onde foi eleita a diretoria do Conselho Escolar. O grupo entendeu ser importante eleger como presidente uma mãe de aluno, sendo distribuídos os outros cargos conforme os votos recebidos.

A posse dos Conselhos Escolares foi coletiva, no dia dezessete de junho, na Escola Municipal Hélio Fraga às dezenove horas e trinta minutos. O ato contou com toda a valorização merecida, pois o município de Nova Santa Rita deu um passo no caminho da Gestão Democrática em suas escolas municipais.

Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira. (BRASIL, 2004, p.37)

Tivemos um número de votantes inferior ao que compareceu em março para as eleições do CPM, mas entendemos que participação é um processo, que precisa ser construído e que se propormos abrir espaços para a cidadania ele ainda carece ser exercitado.

## 5 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste Projeto de Intervenção (PI) foi a pesquisa – ação, que visa mudanças no contexto pesquisado através da participação e reflexão deste grupo juntamente com o pesquisador. A definição da proposta foi a intervenção em uma problemática específica relacionada ao Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, promovendo principalmente a participação do segmento pais. Essa ideia é afirmada por Franco, quando diz que:

As origens da pesquisa-ação com Lewin identificam uma investigação que caminhe na direção da transformação de uma realidade, implicada diretamente na participação dos sujeitos que estão envolvidos no processo, cabendo ao pesquisador assumir os dois papéis, de pesquisador e de participante, e ainda sinalizando para a necessária emergência dialógica da consciência dos sujeitos na direção de mudança de percepção e de comportamento. (FRANCO, 2005, p. 487)

Na busca pela definição do foco do Projeto de Intervenção foi preciso inicialmente lançar uma pergunta “se as metas e ações estabelecidas no PPP estavam sendo cumpridas” e, através das respostas foi constatado pela direção o desconhecimento de muitos pais e alunos do que era o PPP.

Como não tínhamos tempo de reelaborar o PPP, optamos em intervir em uma problemática específica relacionada ao PPP, aproveitando assim para retomar a ideia do que era o PPP.

A partir das respostas dadas concluiu-se que faltava divulgação de muitas das ações e a forma de divulgação destas informações não estavam chegando como era esperado. Havia por parte do CPM, segmento pais, desconhecimento do que era o PPP, não existindo clareza da importância e objetivos do documento. Somente recordaram da sua participação quando resgatado o processo de construção do último PPP.

Em reunião alguns professores demonstraram certa ansiedade para que houvesse um maior envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos.

Assim a direção juntamente com o grupo de professores entendeu que precisaria envolver mais os pais nas suas atividades e no contexto escolar.

Foi consenso nas reuniões com o CPM de que mudanças já tinham ocorrido, mas que olhando as metas e ações construídas no PPP, era preciso ainda “mobilizar pais e responsáveis para a importância do acompanhamento escolar de seus filhos”

e que “seria promovida essa maior participação dos pais através de reuniões, eventos (esportivos e culturais), palestras, oficinas, etc.”

O ponto que se destacou no grupo é que seria necessário envolver também todos os segmentos da escola para que essa meta fosse atingida.

O tema para aplicação deste PI foi a busca da maior participação, com ênfase na participação do segmento pais no espaço escolar. Durante a última reunião de dois mil e quatorze com o CPM foi novamente enfatizada essa meta.

Em fevereiro de dois mil e quinze foi organizado um novo cronograma para aplicação das ações para implementação do PI. O grupo entendeu que deveriam ser propostas oficinas, palestras e dinâmicas para um maior envolvimento dos pais nos diversos espaços que a escola oferece. As ações foram assim organizadas:

1º Conversa com grupo de professores e nova equipe (divulgação do PI e propostas a serem executadas);

2º Realizações de palestras ou oficinas para os pais voltadas para a relação com os filhos, conversar sobre como foi recebida;

3º Mobilizar e motivar os pais com dinâmicas e projetos;

4º Questionários: para os pais, alunos e depois de filtrar as ideias principais direcionar para o terceiro questionário que foi transformado em entrevista aos pais;

5º Reuniões para avaliar e acompanhar as ações propostas.

Organizar as ações está dentro do ciclo que TRIPP (2005, p.446) nos apresenta quando diz “planeja-se, implementa-se e descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.”

Foram usados três tipos de questionários. O primeiro direcionado aos pais ou responsáveis.

Um grupo significativo retornou o questionário nº 1. Nas respostas dadas demonstraram se sentir confortável em questionar e disseram ser bem acolhidos pela escola. Solicitaram palestras sobre educação, limites, drogas, violência e família.

No questionário nº 2 direcionado aos alunos na pergunta um: “como você vê a participação dos seus pais ou responsáveis na Escola?”. A maioria respondeu que somente “nos Conselhos de Classe e reuniões”

Na pergunta número dois: Como eles participam de seus estudos? Quase a totalidade respondeu que era através dos temas. Na pergunta número três, “Como

você gostaria que fosse a participação dos seus pais na escola?” Tivemos um grupo que respondeu que “gostaria de ver no CPM, ajudando a escola”, “que participasse das reuniões e festas” e que “eles viessem falar com a professora”, “nas reuniões” e “que viesse me trazer, me ver, me esperar” na sua maioria gostariam de ver os pais mais na escola.

Após análise do primeiro questionário, elaboramos três perguntas que foram utilizadas para entrevistar alguns pais. A pergunta número um: A Escola promoveu reuniões e palestras neste ano. Como foi sua participação e, se não participou qual foi a dificuldade encontrada?

“A maioria respondeu que não teve problemas, gostaram, queriam que tivesse mais”. “Um grupo respondeu que o horário de trabalho dificulta”.

Na pergunta número dois: Qual desses temas (como dar limites para os filhos, drogas, violência, família e educação), em sua opinião seria mais importante agora? Quase a totalidade respondeu que “educação e família” seria mais importante agora, sendo que drogas e violência ficaram em terceiro lugar como tema e outro respondeu que “todos esses temas formam um conjunto necessário a formação de uma criança, mas para dar início, educação.”

A pergunta número três indicava: Quais dias e horários seria melhor? A maioria respondeu que no sábado. Dois responderam “domingo”.

Até este momento tivemos uma significativa participação dos pais no ambiente escolar. Na avaliação feita através de diálogo com os participantes logo após as atividades envolvendo dança e a oficina para os pais o grupo foi unânime em dizer que queriam mais e que foi muito bom.

## 5.1 AÇÕES ANALISADAS

A presente etapa do relatório consiste numa análise das ações implementadas no PI. Dentro das propostas do que poderia ser objeto da intervenção estava justamente uma problemática considerada relevante para a nossa comunidade escolar e que estava vinculada ao PPP.

Foi assim que iniciamos nossas ações, pois a definição do que fazer no PI já indicou um ensaio para envolver um grupo maior, participando na tomada de decisões ou definição de um tema. Entendemos que toda essa discussão “significa

conceber a escola como espaço público, como lugar de debate, do diálogo fortalecido na reflexão coletiva.” (VEIGA, 2013, p.163).

Em dezoito de fevereiro de dois mil e quinze, no turno da tarde apresentamos a proposta deste curso para o grupo atual da escola, (tivemos mudanças no quadro de professores e na equipe pedagógica) que recebeu muito bem a proposta.

As conversas com as turmas aconteceram de forma informal, mas depois percebemos que deveria ter feito registro de todo esse processo de conversa mesmo informal, porque valoriza o aluno.

Em vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, promovemos uma reunião com o Círculo de Pais e Mestres. Colocamos para o grupo a importância da participação de todos para que a proposta fosse implementada. Neste dia iniciamos a divulgação das eleições para o CPM.

Em seis de março de dois mil e quinze, organizamos uma homenagem ao Dia da Mulher com uma aula de zumba ministrada pela professora Carina. Não mandamos bilhetes, simplesmente convidamos as mães e responsáveis que levavam seus filhos para à escola para participarem. Foi um sucesso. Solicitaram que fizéssemos isso mais vezes. Nesta atividade o resultado que tivemos vem de encontro ao que Bordenave diz sobre uma base afetiva “participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com os outros” (1995, p.16).

Em sete de março, um sábado, realizamos a 1ª Assembleia de Pais. Foi apresentada nesta data a proposta do PI, divulgado o Projeto Pais Educadores que acontece em todas as escolas municipais (os pais participam de algumas tarefas justamente para interagirem com o espaço escolar e a turma de seus filhos). Também divulgamos a oficina para os pais e a eleição do CPM. Os pais se organizaram e formaram uma chapa depois desse dia. Neste dia uma professora fez reunião com os pais e responsáveis pela sua turma por entender a dificuldade de comparecerem em dia de semana.

Em dez de março, no turno da tarde a I Oficina de Pais, com o tema: Escola e Família numa construção coletiva do Sucesso Escolar, ministrada pela psicopedagoga e professora da rede municipal Rosangela Alles, em parceria com o CRAS. Aqui alguns pais mostraram um pouco da ansiedade e angústia quanto às dificuldades que a família encontra em participar mais da vida escolar de seus filhos.

Dezenove de março, divulgação da Implantação do Conselho Escolar na escola (e em todas as escolas municipais), neste primeiro dia para os funcionários e

professores. Com essa caminhada para a implantação dos conselhos escolares demos um passo para a implementação da gestão democrática descrita no artigo 14 da LDBEN com um dos pressupostos básicos para que isso aconteça que é a participação da comunidade em conselhos.

No dia vinte e quatro de março, mobilizamos os pais e responsáveis para a eleição do CPM. Um número significativo de pais compareceu para votar.

No dia vinte e cinco de março, realizamos a reunião com professores, funcionários e CPM para apresentação, estudo e divulgação da Instrução Normativa e Lei que cria os Conselhos Escolares na rede municipal.

No dia oito de abril, iniciamos as reuniões com os alunos em suas turmas e com os pais sobre a implantação dos Conselhos Escolares. Foi gratificante ver a participação das crianças. A supervisora da escola me ajudou nessas reuniões utilizando um quebra-cabeça na dinâmica. Os alunos se reuniram em grupos para desenvolver um quebra-cabeça com o intuito de mostrar a importância da união, da colaboração, das decisões coletivas e de quando falta uma peça no quebra-cabeça fica incompleta a brincadeira. Dessa forma foi explicado aos alunos sobre a importância dos Conselhos Escolares, da formação dos segmentos, pais, alunos, funcionários e professores, além da diretora que é membro nato, da participação de cada segmento nas decisões das problemáticas da escola. Foi falado também sobre o processo eleitoral. Através da dinâmica do quebra-cabeça e de um painel com palavras chaves foi lançado o desafio para que todos possam participar. Os alunos explicaram com suas palavras o que entenderam sobre os Conselhos Escolares e tiraram suas dúvidas.

No dia quinze de abril de dois mil e quinze realizamos Assembleia Geral para divulgação da implantação dos Conselhos Escolares nas escolas municipais de Nova Santa Rita. Usamos a dinâmica do quebra-cabeça para explicar a formação e importância de cada segmento. Foi utilizado material explicativo enviado pela Secretaria de Educação sobre a Lei, e de como ocorrerá o processo eleitoral. E foi abordado a importância dos Conselhos para o processo da Gestão Democrática. Aqui trazemos um dos princípios do artigo 14 da LDB, que trata sobre a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

No dia quinze de abril, realizamos uma Reunião Pedagógica no turno da manhã, com palestra motivacional com a psicopedagoga Rosângela Alles das 8h às



10h para professores da nossa escola e mais duas escolas do campo do município. Após as 10h reunião sobre o Plano Municipal de Educação, PME, com leituras e trocas entre as escolas. No mesmo dia à tarde, reunião com os pais, apresentando e explicando o documento do Plano Municipal de Educação. Explicamos a importância do PME e da participação deles nesta discussão.

No dia vinte e dois de abril, aplicação do questionário com o 5º Ano. Levaram para casa o questionário referente aos pais. Foi muito importante ouvir os relatos de quererem ver os pais “participando do CPM ou ajudando na escola que nem a mãe do coleguinha”, neste momento eles citavam os nomes dos colegas.

Dia vinte e oito não conseguimos fazer a reunião com os professores, mas conversamos sobre os questionários individualmente.

Dia trinta de abril, a primeira tarefa do Projeto Pais Educadores foi entregue para a comissão organizadora. Um grupo significativo de pais compareceu na escola. Percebemos que a comunidade escolar entendeu e “abraçou” a ideia.

Dia cinco de maio foi realizado o Conselho Participativo do 1º trimestre, momento que os pais comparecem na escola para conversar com a professora da turma sobre como foi a aprendizagem até a presente data, antecedendo o período de recuperação e dando tempo da família organizar os horários de estudo dos seus filhos.

No dia dois de junho de dois mil e quinze aconteceram as eleições dos Conselhos Escolares em Nova Santa Rita, um passo importante para a gestão democrática, sendo que, esperamos pelas eleições de diretores no segundo semestre.

Não foi possível implementar todas as ações que o grupo gostaria. Mas foi possível observar mudanças de comportamento. Sabemos que estamos engatinhando na abertura dos espaços para a comunidade ter uma participação mais efetiva também na decisão dos rumos da escola, mas os primeiros passos foram dados e vamos continuar trabalhando para que as decisões sejam compartilhadas pelos integrantes da nossa comunidade escolar. Mudar a situação social em que vivemos determina abertura de espaços para a diversidade. E a escola deve oferecer essa oportunidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola iniciou a partir das discussões deste trabalho, a abertura de novos espaços para a participação dos pais. Valorizou o lazer sentindo prazer, através da dança. Angústias reveladas na busca do conhecimento, informação através da ansiedade em entender um pouco mais “como dar limites para os filhos, violência, drogas, educação e família.” Sendo estas as palestras sugeridas pelos pais que responderam os questionários. Não conseguimos atingir nossas metas no primeiro semestre, uma vez que o anseio dos alunos pela presença dos pais no cotidiano da escola e no Círculo de Pais e Mestres não foi sanado. Sabemos que esta angústia dos alunos, também se reflete no desenvolvimento da aprendizagem e, em algumas vezes, nas questões disciplinares. Mas, percebemos que nossos alunos demonstram interesse no envolvimento de seus pais na escola, valorizando esta parceria entre família e escola.

A implantação dos Conselhos Escolares foi mais um espaço que se abriu para a participação e implementação da Gestão Democrática. Esse processo mostrou que estamos engatinhando em nosso município para abrir espaços de participação e de cidadania.

Identificar que participação é um processo e entender que precisaremos sempre estar renovando essa participação é um dos pontos principais desse trabalho.

As mudanças com o grupo do CPM, do ano anterior que não se manteve este ano, por empregos diferentes e por troca de escolas dos filhos, foram mudanças que acontecem e precisamos estar preparados para incentivar outros grupos. A busca de uma participação mais efetiva, que envolva mudança de postura das famílias e comunidade, que desperte a participação do coletivo nas decisões e que os envolvidos neste processo possam se sentir como parte da mudança social, que qualifica o ser humano, dando possibilidades de oportunidade numa sociedade tão injusta é o objetivo principal de uma gestão democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC, SEB, 2004. Vol.1p.37.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n 9.394/96**. Cadernos dos Conselhos Escolares. Caderno 2: “Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola”, Brasília/DF: MEC, 2004, 5 volumes

BORDENAVE, J. **O que é participação**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão democrática da educação. In: **Gestão democrática da educação**. Boletim 19. Brasília: MEC, Salto para o Futuro – TV Escola, Boletim 19, 2005;

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação pública. In: **Gestão Democrática da Educação**. Boletim 19. Brasília: MEC, Salto para o Futuro – TV Escola, Boletim 19, 2005;

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

FRANCO. Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5. ed.Goiânia: Alternativa, 2014.

LUCE, Maria Beatriz. MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências IN: LUCE, Maria Beatriz. MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (org.). **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

NOVA SANTA RITA. Lei nº 1203 de 22 de agosto de 2014. **Cria os conselhos escolares nas escolas municipais de Nova Santa Rita e dá outras providências**. Diário Oficial Eletrônico. Nova Santa Rita, RS, 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.